



Horário Eleitoral e imprensa: relações de agendamento entre o campo político e o campo jornalístico nas eleições municipais de 2008 em Juiz de Fora-MG¹

Cícero Costa Villela
Jefferson Luis Moreira Nascimento
Marco Túlio de Sousa²

Universidade Federal de Juiz de Fora – Faculdade de Comunicação Social – Programa de Educação Tutorial (MEC/Sesu)

Resumo

De que forma a cobertura dos jornais é influenciada pelo Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita e vice-versa? Os temas tratados por um deles são, posteriormente, tratados pelo outro? Neste trabalho, procuramos identificar de que maneira essa relação ocorreu durante o período do segundo turno das eleições em 2008 na cidade de Juiz de Fora. Tomaremos por objeto de análise o jornal Tribuna de Minas e os programas eleitorais dos candidatos a prefeito da cidade. A pesquisa tem como bases conceituais as hipóteses do *agenda-setting*, o *newsmaking* e a Teoria dos Campos Sociais de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave

Agendamento; valores-notícia; campo político; campo jornalístico; horário eleitoral.

1- Introdução

O presente estudo tem como principais bases conceituais as hipóteses do *agenda-setting* (com foco nos efeitos sociais do discurso midiático) e do *newsmaking* (com foco na análise do processo de produção jornalística, buscando compreender, a partir das formas de organização das empresas de comunicação e de critérios objetivos inerentes aos acontecimentos, como se dá a seleção e a abordagem dos fatos que são noticiados). Parte-se dessas hipóteses para iluminar a relação entre os campos da política e da comunicação nas eleições municipais de 2008, na disputa pela prefeitura de Juiz de Fora-MG.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduandos da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), que tem como propósito integrar na graduação as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Orientados pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal. Endereços eletrônicos: cicerovillela@hotmail.com, jeffersonlmoreira@hotmail.com e marcotuliosousa@hotmail.com.



Como foi a cobertura do principal jornal juizforano – a *Tribuna de Minas* - naquele pleito? Quanto dessa cobertura foi agendada pelos temas que foram abordados nos programas do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita? E o quanto essa mesma cobertura agendou os temas dos programas? Para responder a estas questões, é necessário discutir não somente a hipótese do agendamento, mas também a lógica do jornalismo. Deste modo, parte-se do pressuposto, tal como sugerido por Nelson Traquina (2005), que os valores-notícias na produção de conteúdo jornalístico correspondem a critérios que são levados em conta pelos profissionais na escolha de determinados acontecimentos a serem noticiados, em detrimento de outros. De acordo com Traquina,

Os valores-notícias são um aspecto fundamental da cultura profissional (...), um importante elemento de interação jornalística e constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos da notícia, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração das notícias (TRAQUINA, 2005, p.62).

Traquina (2005) divide os critérios em três grupos distintos: os critérios relativos à construção, os contextuais e os substantivos. Os valores-notícia de construção dizem respeito à potencialidade dos fatos serem transformados em notícia de forma simples, dramatizada ou personalizada, por exemplo, no sentido de tornar a matéria mais atraente para o leitor ou espectador. Os critérios contextuais se referem “ao contexto do processo de produção das notícias e não às características do próprio acontecimento” (2005, p. 88). Um destes valores corresponde à disponibilidade do jornal fazer a cobertura do fato.

Já os critérios substantivos são aqueles que serão aplicados ao longo da pesquisa. Eles indicam as qualidades que o fato deve ter para se tornar jornalístico, tais como: a notoriedade, proximidade, relevância, novidade, temporalidade, notabilidade, o inesperado, conflito, a infração e o escândalo. Logo, é preciso discutir quais temas ou fatos da política atendem a estes requisitos caso se queira apontar qual foi a cobertura jornalística de um processo eleitoral.

Igualmente, é preciso discutir o real alcance social do jornalismo – o que se faz na hipótese de *agenda-setting*. McCombs e Shaw foram os primeiros a utilizar o termo em artigo publicado em 1972. A hipótese do agendamento consiste na possibilidade de os meios de comunicação de massa interferirem no “repertório da comunicação



interpessoal, com uma tendência das pessoas conversarem e pensarem sobre os temas ofertados pela mídia” (LIEDTKE, 2007, p. 1). Ou seja, a agenda da mídia interfere na agenda do público, pautando os assuntos que serão temas debatidos na sociedade. Luis Felipe Miguel (2001) enfatiza o papel do jornalismo no que se refere à sua função de agendamento durante o período eleitoral.

(...)dentro do contexto eleitoral a mídia informativa é especialmente importante, já que ela se torna – de maneira direta ou indireta – uma fonte essencial de fornecimento dos recursos cognitivos de que os eleitores disporão antes de fazerem suas escolhas. Assim, aquilo que os meios de informação veiculam ou deixam de veicular é significativo do ponto de vista da percepção da realidade social que estará disponível para seus consumidores. (MIGUEL, 2001, p. 44)

Ou seja, ao definir o que é ou não noticiável (vide *newsmaking*), dando visibilidade a alguns temas, em grande medida conforma-se a agenda de debates da sociedade (vide *agenda-setting*). Mas é preciso, contudo, levar em conta que este não é o único fluxo possível de agendamento. Assim como os meios de comunicação agendam a sociedade, outros campos agendam a cobertura dos meios.

Trabalhar neste fluxo de mão dupla é o objetivo do artigo. Pretende-se analisar de que forma a cobertura do jornal *Tribuna de Minas*, no segundo turno das eleições para prefeito de Juiz de Fora em 2008, influenciou o horário eleitoral gratuito na televisão e vice-versa. Essa influência mútua, de acordo com acepção clássica do *agenda-setting*, interfere na agenda do público.

É importante ressaltar que, sobretudo durante o período eleitoral, não apenas os meios de comunicação dispõem desse poder de agendamento. “(...) Graças ao acesso direto aos veículos de comunicação, partidos e candidatos passam a compartilhar com eles a função de *agenda-setting*” (ALBUQUERQUE *apud* MIGUEL, 2001, p. 66). Para que ocorra o *agenda-setting*, pode ocorrer também um inter-relacionamento entre agendas, de forma que outros campos interajam mutuamente (LIEDTKE, 2007).

Nesse sentido, torna-se importante recuperar a Teoria dos Campos Sociais, proposta por Pierre Bourdieu. Segundo o pensador, o *campo* é um sistema de relações que legitima alguns objetivos e diz o lugar que cabe a cada indivíduo que nele se insere. Os agentes desse campo o interiorizam, incorporam suas regras, de maneira natural, na sua prática. A isso Bourdieu denomina *habitus* (BOURDIEU, 1983). No presente



estudo, abordaremos, especificamente, o campo da comunicação e o campo político, buscando verificar de que modo eles interagiram durante o período analisado.

Bourdieu define o campo político como:

o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher (BOURDIEU *apud* MIGUEL, 2002, p. 166)

Já que mídia e política são campos relativamente autônomos (mas em grande medida interdependentes e por vezes simbióticos), suas relações não são absolutas. Ou seja, um campo não determina o outro de forma peremptória: trata-se de um processo de mão dupla (MIGUEL, 2002). Deste modo, um processo eleitoral não pode mais ser compreendido sem que a variável midiática seja incorporada à equação – e a recíproca é verdadeira. Uma eleição não se decide apenas no campo da política, mas também no da visibilidade midiática (que é afetada pela política e a ela afeta em resposta). A seguir, discute-se como se deu essa relação nas eleições municipais de Juiz de Fora, em 2008.

Em nossa análise procuramos, a partir dos pressupostos teóricos apresentados acima, selecionar os temas que foram abordados em comum pelo horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG) dos candidatos a prefeito de Juiz de Fora e pela cobertura do jornal *Tribuna de Minas*. Além disso, vamos expor os assuntos que foram discutidos pelo jornal e não entraram na pauta do HPEG e vice-versa.

A escolha do jornal *Tribuna de Minas* deve-se ao fato de ser o periódico mais antigo em circulação da cidade, fundado em 1982 pelo Grupo Solar de Comunicação, e com maior tiragem. Logo, é aquele que tem a maior possibilidade de influenciar a opinião pública dentre os veículos impressos de Juiz de Fora.

A análise focou na parte informativa do diário, portanto, charges, editoriais e artigos ficaram de fora da pesquisa. O período estudado corresponde ao início da campanha televisiva no segundo turno das eleições, que vai do dia 11 a 24 de outubro³. Para fins de sistematização, dividiremos o estudo em duas partes, conforme as duas semanas que durou o horário eleitoral no segundo turno daquele pleito.

2 - O panorama eleitoral em Juiz de Fora e a primeira semana de propaganda televisiva no 2º turno

³ Os horários eleitorais estudados são do período da noite, já que os programas vespertinos são repetições destes.

O contexto político de Juiz de Fora pré-eleitoral foi marcado pelos escândalos políticos do prefeito Alberto Bejani (PTB). No dia 9 de abril, o então prefeito foi preso na Operação Pasárgada, acusado de desvio de dinheiro público, ganhando o caso, inclusive, repercussão nacional. A crise política se agravou após divulgação de um vídeo que flagrava Bejani colocando dinheiro, supostamente ilegal, em uma sacola de supermercado.

O acontecimento foi fundamental para a definição do cenário eleitoral. Todos os candidatos procuraram desvincular suas imagens à de Bejani. Isso abriu espaço para que forças políticas novas emergissem na cidade: Margarida Salomão (PT), Omar Peres (PV), Rafael Pimenta (PCB) e Victor Pontes (PSTU); bem como para que personalidades políticas importantes no passado retornassem à cena pública, a exemplo de Tarcísio Delgado (PMDB), prefeito por três vezes, e Custódio Mattos (PSDB), prefeito uma vez e derrotado na última eleição.

O início do primeiro turno foi marcado pelo equilíbrio entre Custódio e Tarcísio na preferência do eleitorado. No decorrer das campanhas, Margarida Salomão, que focou seu discurso na renovação, usando o slogan “a fila tem que andar”, assumiu a liderança nas pesquisas chegando a ter uma vantagem de 20 pontos percentuais sobre o segundo colocado. No final do primeiro turno, a candidata petista terminou com 40,82% dos votos válidos, indo para a disputa do segundo turno com Custódio Mattos, que alcançou 20,83% dos votos. A partir de então, a disputa se polarizou entre os dois principais partidos do país, PT e PSDB.

No reinício da disputa, no segundo turno, esta polarização passa a constituir base fundamental dos programas de TV dos candidatos e também da cobertura da *Tribuna de Minas*. No dia 12 de outubro, a *Tribuna* descrevia os novos formatos dos programas que começaram no dia anterior. Os próprios programas eleitorais (e não os assuntos ali tratados) foram o tema da reportagem. Nada se falou, por exemplo, sobre o que apareceu no programa do candidato tucano no dia 11: as obras que Custódio pretendia fazer se fosse eleito.

Ainda no dia 12, Margarida abordava, em seu programa, a questão da partidarização (PSDB x PT) da campanha no segundo turno. O jornal já havia levantado essa questão nesse dia. No entanto, é pouco provável que se trate de agendamento, uma



vez que os dois fatos ocorreram no mesmo dia. Além disso, não era um acontecimento factual, portanto não haveria urgência em divulgá-lo.

No dia 14⁴, terça-feira, a *Tribuna* trouxe uma matéria sobre o abandono do Parque Halfeld. O que mostra a relevância do assunto é que, no dia 16, ele reaparecia na cobertura do periódico. Esse assunto, que poderia servir de tema para o HPEG, não apareceu em nenhum momento nos programas dos candidatos no segundo turno.

O diário trazia ainda, no dia 14, uma matéria, com o antetítulo “Olho na TV”, que descrevia como foi o horário eleitoral do dia anterior. Porém, não foram discutidos os problemas e propostas apontados por Margarida e Custódio. A construção do Hospital da Zona Norte, tema recorrente na campanha de ambos e debatido justamente no HPEG de Margarida no dia 13, foi apenas citado pela reportagem sem se discutir como o projeto seria viabilizado e a importância dele para a cidade.

Houve uma matéria, no dia 15 de outubro, em que o jornal descrevia a participação do presidente Lula no HPEG da candidata petista. Mais uma vez a *Tribuna* não discutiu os temas levantados, mas a forma do programa. No dia 16, o periódico noticiou que os candidatos discutiram, em seus programas do dia anterior, a educação. Contudo, não foram nem minimamente apresentadas ou avaliadas as propostas de cada um.

Um caso que ganhou repercussão, a partir do programa eleitoral do candidato do PSDB do dia 16, foi a prisão do militante petista Emílio Sá, acusado de fazer panfletagem irregular. O fato havia ocorrido na noite do dia 15. No dia 17, Custódio falava do caso novamente em tom acusatório à adversária. Apesar disso, nesses dias, a *Tribuna* não mencionou o fato. No dia 17, não houve nenhum fato veiculado pelo diário que se encaixe em nosso objeto de análise.

3- A segunda semana de propaganda televisiva e a cobertura da *Tribuna de Minas*

No dia 18 de outubro, a *Tribuna de Minas* noticiou o caso Emílio Sá, em meia coluna, à esquerda de uma página par, o que demonstra que o jornal não deu muita importância ao fato; afinal, sabe-se que, em uma página de jornal, existem regiões mais valorizadas semioticamente, o que interfere na escolha do tamanho e da localização que as matérias ocuparão na página (VEIGA, 2009). Como vimos, este caso havia sido

⁴ É necessário ressaltar que o jornal *Tribuna de Minas* não tem edição às segundas-feiras.



tratado por dois dias seguidos no programa de Custódio e o fato ocorrera no dia 15. O acontecimento, por si só, era noticiável – caberia dentro dos valores-notícia “relevância”, “novidade”, “infração”, “conflito” e “escândalo” (TRAQUINA, 2005).

Devido a isso, a informação já poderia ter sido publicada anteriormente pela *Tribuna*. Presume-se, portanto, que a pressão do programa de Custódio pode ter provocado a divulgação do fato. Assim, supõe-se que, neste caso, o HPEG do tucano agendou a *Tribuna*. Este caso evidencia uma possibilidade de agendamento entre mídias, mas não no sentido tradicional sugerido por Antônio Hohfeldt:

[...]descobriu-se que também havia um interagendamento entre os diferentes tipos de mídia, chegando-se mesmo a perceber que a mídia impressa possui certa hierarquia sobre a mídia eletrônica, tanto no que toca ao agendamento do receptor em geral (pela sua maior permanência e poder de introjeção através da leitura) quanto sobre as demais mídias. (HOHFELDT, 1997, p. 47-48)

No interagendamento entre as mídias aqui apontado, a hierarquia se inverteu: foi o programa televisivo que pautou o jornal. Logo depois, pela primeira vez durante toda a campanha do segundo turno, dois temas levantados no HPEG foram debatidos no jornal do dia seguinte. Isso ocorreu no dia 19, quando a *Tribuna* tratou questões relativas ao orçamento público – por exemplo, mostrou-se a impossibilidade, a partir do orçamento aprovado pela Câmara, de cumprir algumas promessas de campanha, como a construção do hospital da zona norte.

O programa da candidata Margarida, no dia anterior, abordara a temática do orçamento, porém focando em sua proposta de orçamento participativo. Além disso, havia na *Tribuna* uma reportagem que contava a história dos candidatos durante o mandato do prefeito Tarcísio Delgado (1983 – 1988). Essa questão também já havia sido trabalhada pela petista no dia anterior.

Neste caso, o agendamento do horário eleitoral sobre o jornal foi patente. Uma das hipóteses que podem confirmar isso é o fato de as reportagens estarem na editoria “Voto e Cidadania”, criada exclusivamente para o período eleitoral, que visava a cobrir as campanhas dos candidatos, nas quais o HPEG teve muita relevância.

No dia 21, a *Tribuna* noticiava o caso da pesquisa irregular, em que a candidata petista acusa o adversário de ter promovido uma falsa pesquisa na qual denegria sua imagem. O assunto já havia sido tratado no programa de TV de Margarida no dia anterior. Contudo, não se pode afirmar que, neste específico caso, trata-se de



agendamento, uma vez que o judiciário liberou a informação no domingo e o diário não tem edição às segundas-feiras, não podendo o caso ter sido noticiado neste dia.

Após seu partido PMDB ter declarado apoio à candidata petista e seu filho, o deputado federal Júlio Delgado do PSB, ter decidido apoiar o candidato tucano, o ex-prefeito Tarcísio Delgado resolveu seguir a recomendação do partido. Em seu blog, na tarde do dia 21, ele lançou uma nota manifestando seu apoio à candidata. O fato foi veiculado no mesmo dia pelo programa de Margarida. No dia seguinte, a Tribuna também noticiava o acontecimento.

Contudo, isto não evidencia um agendamento do programa de TV em relação ao jornal, visto que a notícia se encaixava nos valores-notícia “relevância”, “notoriedade” e “novidade”. (TRAQUINA, 2005). Ou seja, provavelmente o tema seria noticiado mesmo que o horário eleitoral não fizesse referência a ele.

Assim como no dia 17, no dia 23 de outubro, o jornal *Tribuna* não apresentou nenhuma notícia que se encaixe nos nossos critérios. Já no dia 24, a Tribuna manteve a tendência de se referir ao HPEG de modo descritivo – meramente apresentando, de modo predominante, a forma como ele vinha se desenvolvendo. Houve uma matéria sobre o debate da Rádio Solar, em que os candidatos trocaram acusações mútuas. Esse fato reapareceu no programa de Margarida no mesmo dia. Porém, não foi o jornal que agendou o programa televisivo, mas foi o próprio evento radiofônico que o fez.

Nesse mesmo dia, a *Tribuna* também se referiu ao programa de Margarida, pelo fato de o presidente Lula ter aparecido. Mais uma vez, o horário eleitoral se tornou o tema debatido em detrimento da discussão acerca das propostas e idéias dos candidatos. Uma outra reportagem trouxe a participação de personalidades importantes da política nacional nos comícios de Margarida e Custódio. Luiz Dulci, ministro-chefe da secretaria-geral da presidência da República, apareceu no comício da candidata do PT.

No comício do candidato do PSDB, apareceram o deputado federal Júlio Delgado e o governador de Minas Gerais Aécio Neves. O horário eleitoral, no mesmo dia, também mostrava a participação dessas personalidades nos comícios. Tal como nos casos anteriores, é pouco provável que tenha havido agendamento derivado da cobertura do jornal, pois a presença, nos programas eleitorais, de pessoas de importância política nacional é sempre relevante. Então, mesmo que o periódico não noticiasse o fato, ele, provavelmente, seria usado nas campanhas.



No dia após o último programa na televisão, a *Tribuna* descrevia o HPEG sem focar nas idéias levantadas pelos candidatos. Mostrava, inclusive, fotos de momentos dos programas – o que reforça que a cobertura limitou-se a informar o que as campanhas estavam fazendo na televisão. Outra tendência – a de pouco apresentar as propostas dos candidatos - manteve-se até mesmo no dia da eleição: o jornal procurou enfatizar os problemas que o candidato eleito iria enfrentar, sem se preocupar em discutir as propostas de cada um.

Deste modo, é possível sumarizar os processos de agendamento entre o programa de TV dos candidatos e a *Tribuna de Minas* (e vice-versa) do seguinte modo:

DIA (mês de Outubro)	Quantas matérias foram publicadas relativas a temas eleitorais?	A <i>Tribuna</i> foi agendada pelo horário?	A <i>Tribuna</i> agendou o horário?	Tema discutido e enquadramento da cobertura
12	1	SIM	NÃO	1ª - Discussão do formato do HPEG
14	2	SIM NÃO	NÃO NÃO	1ª – Discussão do formato do HPEG 2ª – Abandono do Parque Halfeld
15	1	SIM	NÃO	1ª– Discussão do formato do HPEG (Lula no programa de Margarida)
16	1	SIM	NÃO	1ª – Discussão do formato do HPEG
17	0	X	X	X
18	1	SIM	NÃO	1ª– Militante petista é preso
19	1	NÃO	NÃO	1ª– Carreira política dos candidatos
21	1	NÃO	NÃO	1ª – Falsa pesquisa



22	1	NÃO	NÃO	1ª – Apoio de Tarcísio (PMDB) à Margarida (PT)
23	X	X	X	X
24	2	SIM NÃO	NÃO NÃO	1ª – Discussão da forma do HPEG 2ª – Comícios de final de campanha
25	1	SIM	NÃO	1ª – Discussão da forma do HPEG
26	1	NÃO	NÃO	1ª – Problemas do futuro prefeito

4- Conclusão

Com base na análise apresentada, percebemos que o horário eleitoral, de fato, pautou o jornal *Tribuna de Minas*. Porém, isso não ocorreu da forma como esperávamos, ou seja, as conclusões tiradas no clássico estudo de McCombs e Shaw, em que

a novidade [nesse estudo], contudo, é que, mais do que influenciar o eleitor, verificou-se que a mídia terminara por influenciar também os próprios candidatos, fazendo com que muitos deles incluíssem em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam nas mesmas. (HOHLFELDT, 1997, p. 46b)

Na verdade, deparamo-nos com outra situação. A *Tribuna*, no período investigado, não conseguiu agendar, em nenhum momento, temas para serem debatidos pelos candidatos no horário eleitoral. Um assunto discutido pelo jornal e ignorado pelos programas foi a revitalização do Parque Halfeld. Ademais, a maneira pela qual o HPEG pautou a *Tribuna* não foi, predominantemente, através das idéias e propostas dos candidatos, mas sim por meio dos próprios formatos que os programas apresentavam.



Isso ocorreu em seis das doze edições analisadas: dias 12, 14, 15, 16, 24 e 25, justamente no início e no final do período de campanha na TV no segundo turno, já que são os momentos em que o debate está no auge. Em vez de os temas tratados no horário eleitoral se tornarem assuntos discutidos pelo jornal, o próprio HPEG passou a ser tema para o periódico. Os únicos dois casos que ganharam repercussão na *Tribuna* a partir da visibilidade dada pelos programas televisivos foram o do militante petista preso por panfletagem irregular e a questão do orçamento da cidade para 2009.

Nossa conclusão vai ao encontro da afirmação de Luís Felipe Miguel, no qual diz que “sem dúvida, é legítimo deplorar a cobertura predominante sobre a arena política, que se reduz às estratégias da disputa pelo poder e nega espaço ao debate sobre projetos de sociedade” (MIGUEL, 2002, p. 159). Apoiado na tese da “espiral do cinismo” desenvolvida por Joseph Cappella e Kathleen Hall Jamieson, Luis Felipe Miguel discorre:

A imprensa não apenas *apresenta* a campanha eleitoral no formato da corrida de cavalos ⁵, para torná-la mais acessível ao público; esta apresentação é efeito da leitura que os profissionais do jornalismo fazem do mundo político, uma leitura cínica, que julga que os líderes políticos estão preocupados apenas com a manutenção ou ampliação do próprio poder. Os jornalistas acham que os políticos tudo reduzem à estratégia eleitoral, isto é, programas, compromissos e promessas não passam, no final das contas, de mera manipulação. A cobertura reflete essa crença comum àqueles que fazem a imprensa (MIGUEL, 2004, p. 101).

O caso estudado é uma evidência dessa hipótese. A leitura do HPEG feita pela *Tribuna* foi “cínica” no momento em que o jornal não se aprofundou nos temas de interesse público levantados pelos candidatos. Ao limitar-se a descrever as estratégias dos candidatos, apontava-se subliminarmente que a vitória (e não a resolução dos problemas da sociedade) era a única prioridade dos atores políticos.

E isto abre um paradoxo: a imprensa fez uma cobertura protocolar, abdicando de uma abordagem a agendar as forças políticas. Ao fazê-lo, esvazia-se em parte o processo de politização da sociedade, à medida que o público tende a dar mais credibilidade à informação proveniente do campo jornalístico do que à advinda do horário eleitoral. Como sugere Wilson Gomes (2004), “a audiência sabe quando o campo jornalístico foi suspenso e demonstra depositar mais a sua confiança nas

⁵ Segundo os estudos de sociologia do jornalismo é o tipo de cobertura jornalística que se interessa apenas pela posição relativa dos candidatos na disputa, não por seus programas e idéias. (MIGUEL, 2004, p. 100).



mensagens provenientes do campo da comunicação do que nas mensagens provenientes do campo econômico ou político onde situam os publicitários” (p. 59).

De acordo com Miguel (2004), essa confiança se deve a três elementos. O primeiro seria a confiança na veracidade dos fatos relatados; o segundo, a confiança de que realmente os aspectos mais relevantes de cada fato são os abordados; e, terceiro, a confiança na escolha acertada da infinidade de acontecimentos existentes para se tornarem conteúdo jornalístico.

Diante disso, o fato de a cobertura aqui estudada ter se referido, predominantemente, à forma como os programas se desenvolveram acabou por, de acordo com a hipótese do *agenda-setting*, estimular um debate ideologicamente vazio, restrito a questões estéticas dos programas e comportamentais dos candidatos.

5- Referências

BARBOSA, Gustavo Guimarães e RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

COLING, Leandro. *Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados*. In: Revista FAMECOS – Revista quadrimestral do programa de Pós-Graduação em comunicação. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica. Nº 14, Abril 2001.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HOHLFELDT, Antônio. *Os estudos sobre a hipótese de agendamento*. In: Revista FAMECOS – Revista quadrimestral do programa de Pós-Graduação em comunicação. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica. Nº 7, Novembro 1997.

LIEDTKE, Paulo. *Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre Estado e mass media na política nacional*. Trabalho apresentado ao GT de Comunicação e política do XVI da Compós. Curitiba, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. *Meios de comunicação de massa e política no Brasil*. Dialogos Latinoamericanos, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001.

_____. *Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro*. In: REVISTA Opinião Pública – Revista do centro de estudos de opinião pública. Universidade de Campinas. Campinas, SP: Nº 1, Vol.10, p. 91-111. Maio 2004.

_____. *Os meios de comunicação e a prática política*. In: REVISTA Lua Nova. Nº 55-56 p.155-184. São Paulo. 2002.



TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, Isabela. *Coberturas jornalísticas e construção de imagem institucional: a representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários*. Juiz de Fora, 2009. Monografia – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora.